

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>PENSAR UMA DISCUSSÃO SOBRE CLASSE A PARTIR DA EDUCAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO: CAMINHOS PARA A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Aline de Carvalho Moura	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Este trabalho tem o objetivo de pensar a educação para mundo do trabalho, estabelecendo articulações com as configurações de classe impostas pela sociedade capitalista, onde a vida em todas as suas nuances, se configuram dentro de um processo de mercantilização, regido pelos valores do capital. Com isso, esperar que a educação faça com que a sociedade mercantilizada, rompa com a lógica individualista, lucrativa e competitivista do capital, é um equívoco no contexto da análise marxista proposta por esse trabalho. Nessa perspectiva de análise, entendemos que a educação, assim como suas instituições, está intimamente vinculada ao mundo do trabalho. Analisando os vínculos entre educação e trabalho que se estabelecem por toda a vida do indivíduo na sociedade capitalista, a educação acaba sendo mais uma mercadoria, em uma prática em o que importa é funcionamento das instituições, promovendo assim, o processo de mercantilização.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Educação. Trabalho. Classe.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This work has the objective to think the education for world of the work, establishing relations with the configurations of class imposed by the capitalist society, where the life in all the aspects, are configured inside of a process of commercialization, conducted for the values of the capital. In this case, expect that the education causes the commodified society break with the individualistic, lucrative logic and competitiveness of the capital, is a mistake in the context of the Marxist analysis proposed by this work. In this perspective of analysis, we understand that the education, as well as its institutions, closely is tied with the world of the work. Analyzing the relations between education and work that are established for all the life of the individual in the capitalist society, the education ends up being more a commodity, in a practice that matters is functioning institutions, thus promoting the commercialization process.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Education. Work. Class.			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

## Introdução

Este trabalho tem o objetivo de pensar a educação para mundo do trabalho, estabelecendo articulações com as configurações de classe impostas pela sociedade capitalista, onde a vida em todas suas nuances, se configuram dentro de um processo de mercantilização, regido pelos valores do capital. Dentro desse cenário, as configurações de classe são peças fundamentais para a manutenção e perpetuação de um sistema econômico-sócio-político em que, tanto a educação quanto o trabalho, se adaptam as regras, dinâmicas e necessidades desse sistema.

Analisando os vínculos entre educação e trabalho que se estabelecem por toda a vida do indivíduo na sociedade capitalista, a educação acaba sendo mais uma mercadoria, em uma prática em que, o que importa, é funcionamento das instituições, promovendo assim, um processo de mercantilização. Nesse sentido, é necessário pensar a dinâmica da sociedade capitalista para compreender a problemática existente na relação entre educação e trabalho, e a forma como as distinções de classes se articulam para o bom funcionamento do sistema.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foi feito um levantamento teórico pautado em uma epistemologia marxista, fazendo uma reflexão filosófico-ontológica que pense a educação como uma grande *fábrica* de instrumentos importantes para a sobrevivência e manutenção da sociedade capitalista, injusta, desigual e excludente, onde a ideologia da classe dominante estabelece com vigor seu poder reprodutor.

Nesse sentido, o trabalho não só apresenta alguns impasses das diretrizes que entendem a educação dentro de uma lógica de mercadorias, bem como discute aspectos que demandam atenção crítica e rigorosa quanto à orientação mercantil que define os objetivos do sistema educacional. No entanto, nossa preocupação não é somente discutir algumas questões da lógica da mercantilização que estimula e configura a prática educativa, mas, sobretudo, indicar as contribuições teórico-metodológicas do Marxismo ontológico para a compreensão e análise da educação na sociedade contemporânea.

As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam automaticamente, uma vez que só o fazem porque os indivíduos interiorizam as pressões externas, adotando perspectivas gerais da sociedade. Neste contexto, o ideal educacional surge como um simples meio para um fim maior, que seria a manutenção dos pressupostos do capital, onde o homem torna-se apenas mais um indivíduo isolado no mundo capitalista.

Na perspectiva apresentada neste trabalho, a educação está atrelada direta e indiretamente ao mundo do trabalho, por isso, ao invés de ser usada para transformações críticas e radicais dentro da

sociedade, é um instrumento que além de transmitir valores que legitimam os interesses dominantes, fornece conhecimentos e indivíduos que são indispensáveis na máquina produtiva chamada capital, estabelecendo e restabelecendo constantemente o injusto sistema de classes.

Antes de discutir, de forma mais pontual a questão da relação entre educação e trabalho, faz-se necessário levantar alguns pontos sobre a sociedade na qual essa relação se estabelece. Afinal, como afirma Mészáros (2005) em seu livro *Educação para além do capital*, diga onde está o trabalho em um tipo de sociedade que eu lhe direi onde está a educação.

### **1. Alguns pontos sobre o cenário capitalista**

Na década de 1860, uma nova palavra passa a fazer parte do vocabulário econômico e político do mundo: *capitalismo* (HOBSBAWM, 1996). Ainda segundo o autor, o capitalismo apresentava-se e ainda se apresenta como um triunfo que fez a sociedade acreditar que o crescimento econômico “repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro” (p. 19). Dentro dessa ideia, cabe apontar que a partir desse momento da história, passa a configurar-se um novo modelo de sociedade, que traz consigo uma série de transformações que, em um primeiro momento, pode ser vista como um *grande avanço da/ na sociedade*.

Sendo o capitalismo um sistema econômico, Karl Marx (1991) em *Para a crítica da economia política*, afirma que as análises da sociedade, da política e da cultura partem das determinações econômicas, que influenciam as formas de organização do trabalho e da vida social como um todo. Assim, discutir o desenrolar da sociedade capitalista ao longo da história nos remete a analisar fundamentalmente a atividade econômica.

O modo capitalista de produção, segundo Octavio Ianni (1996):

[...] funda-se no jogo das forças produtivas liberadas com o declínio do feudalismo, a aceleração da acumulação originária, a reprodução ampliada do capital, o desenvolvimento intensivo e extensivo da produção, da distribuição, da troca e do consumo (p.136).

Partindo das determinações fixadas pelo capitalismo e suas influências como sistema econômico, o problema que aparece e que nos remete a analisar essa configuração capitalista de forma mais global é justamente pensar as articulações do capitalismo internacional e até mesmo nacional no que diz respeito “à luta entre os fragmentados interesses de classe, suas representações políticas e racionalizações ideológicas” (MORAES, 2000, p. 48), uma vez que o capitalismo, como

sistema econômico, introjeta novas formas de vida em sociedade, tanto no que diz respeito ao ideológico, quanto ao político e ao social.

Marx, em 1945, ao analisar o capital industrial afirma que: “o capital industrial é a forma fundamental do regime capitalista, sob a qual este impera sobre a sociedade burguesa” (MARX *apud* MORAES, 2000, p. 49). Com base nessa afirmação, Maria Célia Moraes (2000) argumenta que atrelada à luta entre os fragmentados interesses de classe, suas representações políticas e racionalização ideológica, identifica-se uma forma de objetivação do capitalismo.

A partir de um capitalismo que Hobsbawm (1996) aponta como um grande avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial pensamos que essa ideia traz uma ordem não só econômica, mas também social, que abarca novas ideias, credos e concepções de mundo que servem, dentro do sistema capitalista, para legitimar e ratificar os interesses da ordem manipuladora e alienante do capital. Nesse sentido, torna-se necessário pensar que o capitalismo, em primeiro lugar, efetiva-se pela forma do capital industrial, ou seja, o capital industrial acaba tornando-se condição para o desenvolvimento e manutenção do modo de produção capitalista.

Pensando o desenvolvimento e a manutenção do modo de produção capitalista, Octavio Ianni (1996) nos mostra que o capitalismo, como modo de produção, pode ser visto como um todo complexo e contraditório, cuja história e trajetória são extremamente dinâmicas, uma vez que se apresenta como um processo de amplas proporções que cria e recria as forças produtivas e as relações de produção, produzindo e reproduzindo o desenvolvimento desigual em escala nacional, regional e mundial, pois está constantemente ultrapassando fronteiras:

Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações [...] Mais do que isso, sempre recobriu, deslocou, dissolveu, recriou ou inventou fronteiras. Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, [...] (IANNI, 1996, p. 135).

Entendemos que toda a dinâmica do modo capitalista de produção segue um fluxo que vai para além das necessidades da sociedade em si, e que é dirigida pelos interesses do mercado, ditado pelo capital, e por isso, precisa constantemente redirecionar suas ações e movimentações pelo mundo. Segundo Ianni (1996), esta dinâmica é comandada não só pelo capital, mas também pelos que detêm a propriedade e conseqüentemente os movimentos do capital tanto nacional quanto mundialmente.

Para que posamos discutir a dinâmica do capital e a forma como se institui cada vez mais forte na sociedade, faz-se necessário uma melhor compreensão do funcionamento da atividade produtiva no modo de produção capitalista, atividade essa que nos confere diariamente incorporações dos valores advindos dos processos produtivos. Nesse sentido, as contribuições de Marx a partir da obra *Manuscritos econômico-filosóficos* nos fazem perceber a forma como se estabelece a atividade produtiva capitalista.

O ano de 1844 ficou marcado como um dos pontos de partida para o direcionamento intelectual de Marx nos estudos da economia política, não só através de suas críticas aos próprios economistas políticos que tinham uma visão generalista da produção, sem qualquer determinação histórica do processo, assim como também trabalhar o homem como sujeito, mas não o homem geral, o homem abstraído de suas determinações sociais, o homem como indivíduo social, desviando neste momento, parte de sua crítica, a introdução de outros conceitos como *classe* e *proletariado*, sem perder a visão do homem.

Partindo de uma visão ontológica, pensaremos o homem como sujeito, como indivíduo social, parte da natureza, que precisa produzir a fim de se manter e/ou satisfazer suas necessidades. Essas necessidades serão supridas a partir de atividades produtivas. Como diz Marx (2004), em *Manuscritos econômico-filosóficos*, “toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem” (p. 114).

No que se refere a esta preocupação com o homem como indivíduo real atrelado às atividades produtivas, ou seja, histórico e socialmente concreto, distante da visão idealista do homem abstrato, tanto Marx, como foi citado acima, como Mészáros (2006), apontam a atividade produtiva como mediadora na relação *sujeito-objeto* entre o homem e a natureza, e nessa visão, segundo Mészáros (2006), “a atividade produtiva é, portanto, o mediador..., um mediador que permite ao homem conduzir um modo humano de existência, assegurando que ele não recaia de volta a natureza, que não se dissolva no objeto” (p. 79).

Isso significa que o homem, como parte da natureza, deve estar sempre atento para que perceba que esta atividade produtiva ao se afasta de sua função de mediar a relação *sujeito-objeto*, acaba tornando-se atividade alienada, que reifica a *lei natural*<sup>1</sup> do capitalismo. “A atividade produtiva é então a fonte da consciência, e a ‘consciência alienada’ é o reflexo da atividade alienada ou da alienação da atividade, isto é, da auto-alienação do trabalho” (MÉSZÁROS, 2006, p. 80).

---

<sup>1</sup> Segundo Mészáros (2006), Marx integrou essa ideia de “uma lei natural”, apresentada pelo jovem Engels (que falava sobre uma lei natural baseada na inconsciência dos participantes) a seu próprio sistema, referindo-se a ela como “lei natural” do capitalismo, utilizando-a não só nos *Manuscritos de 1844* como também em *O capital* (1958).

Nessa relação, o homem, como sujeito, acaba como indivíduo abstrato, perdido em meio às relações capitalistas, que transformam esse sujeito em objeto devido à venda da força de trabalho, caindo e recaíndo alienadamente no mecanismo do mercado, onde a relação do homem com a natureza é transformada na relação entre trabalho e capital.

Pensamos que um caminho possível a ser seguido para um melhor entendimento da discussão sobre atividade produtiva, seja apresentar alguns pontos a respeito das categorias capital, trabalho e mercadoria, uma vez que elas indicam, de forma pontual, a forma como se naturalizam alguns valores mercantis.

Como ponto de partida, é necessário que se compreenda o significado da categoria *capital*, como uma categoria precursora para que se possam entender as relações que se estabelecem na sociedade capitalista, que ditam o trabalho com regras definidas e que atendem a uma parcela específica da sociedade. Para Mészáros (2009):

[...] capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece – na forma de capital ‘monetário’, ‘mercantil’ etc. – vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar (p. 76).

Entendemos que esta caracterização sobre a categoria capital concerne ao trabalhador o objeto de sua atividade, ou seja, como categoria dinâmica e de força social, é capaz de transformar a atividade produtiva do homem, como indivíduo social concreto, em simples subordinação aos fins reificados do sistema capitalista, estabelecendo assim uma relação de mercadoria com o trabalho, uma vez que vende sua força de trabalho, ou seja, sua mercadoria, em troca de capital.

No que diz respeito a categoria trabalho, Marx (1996) afirma que o trabalho é uma relação entre o homem e a natureza. Nessa relação, a ação é comandada pelo homem, ação essa, que por sua vez, se traduz em modificações econômicas, sociais e culturais, que vão além da busca pela sobrevivência. Certamente, os demais seres vivos também desenvolvem atividades para sua sobrevivência, contudo não são capazes de desenvolver um planejamento do que vão fazer, diferente do homem, que produz primeiro em sua consciência o que pretende construir. O animal tem sua atividade impulsionada pelos instintos, mas o homem diferencia-se dos demais animais, pois sua atividade é lúcida e consciente, logo, não se limita a mero instinto, uma vez que o homem é um animal que vive em sociedade, e por isso, estabelece relações também com seus semelhantes.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria razão media, regula e controla seu metabolismo

com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 297).

Dentro dessa lógica, podemos pensar também a estrutura da mercadoria, que nessa perspectiva, se baseia no fato de a relação entre pessoas tomar o caráter de uma coisa e, dessa maneira, o de uma “objetividade fantasmagórica” (LUKÁCS, 2003, p. 194), que, em sua legalidade própria, aparentemente racional, rigorosa e inteiramente fechada, oculta todo o traço de sua essência fundamental: a relação entre homens.

Segundo Lukács, o conceito “objetividade fantasmagórica” compreende a relação social que, na sociedade capitalista, significa uma relação de *coisa* com *coisa*, ou seja, a relação entre os homens passa a ser uma relação entre *coisas*, onde um homem vende sua força de trabalho, enquanto o outro compra essa força de trabalho. Desse fato básico e estrutural, o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias. Dessa relação de *coisificação* que se estabelece a partir do momento em que um homem vende sua força de trabalho enquanto outro homem a compra, passa a ser percebido uma relação de separação entre duas classes antagônicas, ou seja, quem detém a força de trabalho e a vende em troca de um salário, a classe trabalhadora, e quem detém os meios de produção, os proprietários.

A expressão *classe - que - vive - do - trabalho*, apresentada no livro *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho* de Ricardo Antunes (1999), tem como objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxista de classe trabalhadora, expressão esta que inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos, ou seja, os trabalhadores que estão inseridos no processo de produção, que estão empregados. Essa expressão, entretanto, não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho assalariado.

Se pensarmos o trabalho assalariado como uma forma de realização da atividade produtiva como mercadoria do sistema capitalista, poderíamos dizer que este trabalho seria uma desrealização do trabalhador, pois ao vender sua força de trabalho, estaria ele mesmo transformando-se em objeto, e nesse sentido, o trabalho transforma a natureza, assim como se transforma em objeto, e isso tudo, é realizado pelo trabalhador.

O trabalho está no centro do processo de humanização, ou seja, essa categoria se constitui como fonte originária de realização do ser social, fundamento ontológico básico das relações humanas. O trabalho como realização do ser social produz para o consumo social seguindo algumas normas e modismos de um determinado momento histórico, além de adotar determinações que supram as necessidades da sociedade. Dessa forma, não importa o destino de um objeto produzido pelo trabalho, esse, estará sempre satisfazendo as necessidades históricas de uma sociedade, por isso, segundo Rogério Fornes (2008), o trabalho é sempre socialmente determinado.

Segundo uma leitura de Lukács (2003) sobre Marx a respeito da submissão às formas de desvalorização do mundo dos homens no mundo do trabalho, criando um mundo de *coisas*, Lukács descreve as relações que se estabelecem entre o homem e o trabalho como o fenômeno da reificação, onde este assume:

[...] o caráter misterioso da forma mercantil consiste, portanto, simplesmente em revelar para os homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos do produto do trabalho, como qualidades sociais naturais dessas coisas e, conseqüentemente, também a relação social dos produtores com o conjunto do trabalho como uma relação social de objetos que existem exteriormente a eles. [...] É apenas a relação social determinada dos próprios homens que assumem para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (LUKÁCS, 2003, p. 199).

Para Lukács (2003), apenas nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância fundamental não só para o desenvolvimento objetivo da sociedade bem como para a atitude dos homens, seja submetendo sua consciência às formas através das quais tal reificação se exprime, seja libertando-o da servidão de uma *segunda natureza*. Tais condições caracterizam o trabalho alienado, que produz a *coisificação* do homem: onde o homem não detém o produto de seu trabalho, e nem mesmo é senhor de sua atividade, tornando-se apenas uma mercadoria nesse processo, transformando-se em *coisa*, ou seja, perdendo sua essência como humano introjetando a *coisificação* e sendo tratado como uma mercadoria à medida que produz mais e mais.

Voltando ao ponto da *coisificação* do ser humano, Marx (2004), afirma que esse processo é consequência do fato de o trabalhador se relacionar com o produto de seu trabalho como se estivesse se relacionando a um objeto estranho a si mesmo. Nesse sentido, pode-se dizer que, quanto maior sua atividade produtiva, mais o trabalhador se encontra *objeto*.

Nessas condições, o homem é concebido como uma mercadoria barata. Não lhe é permitido desenvolver atividades de *auto-realização*, o que o torna mais *miserável* quanto mais produz. Quando passa a se igualar à mercadoria, torna-se *coisa*, aproximando-se de um objeto qualquer que

possui valor de compra e venda: “quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio” (MARX, 2004, p.112).

Segundo Fornes (2008), na ideia de trabalho está presente uma distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Na concepção de trabalho concreto, o trabalho mostra seu caráter utilitário, atividade que produz valores de uso. Já na ideia de trabalho abstrato, o trabalho é entendido apenas como um gasto de energia física ou intelectual do ser humano, gasto que é socialmente determinado. Marx (1996) fundamenta essa análise ao afirmar o duplo caráter do trabalho nas sociedades capitalistas:

[...] Todo trabalho é, por um lado, dispêndido de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor de mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndido de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valor de uso (p. 175).

Considerando, então, as questões de certo tipo de *naturalização* dos processos mercantis, a partir da relação entre trabalho e mercadoria Marx (2004) justifica dentro da própria teoria da economia política como o trabalhador se rebaixa à condição de mercadoria na medida em que atua de forma inconsciente, *naturalmente*:

[...] A partir da própria Economia Política, em suas próprias palavras, expusemos que o trabalhador desce até o nível de mercadoria e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos e, conseqüentemente, um terrível restabelecimento do monopólio; e finalmente, que a diferenciação entre capitalista e proprietário agrário, bem como entre trabalhador rural e trabalhador industrial, deixa de existir, e toda sociedade se deve dividir em duas classes, os possuidores de propriedades e os trabalhadores sem propriedades. (MARX, 2004, p. 110).

A ideia de que o trabalhador desce ao nível de mercadoria traz consigo o que a princípio parece ser o paradoxo que constitui o trabalho alienado. Segundo Marx, em *Manuscritos econômico-filosóficos* (2004), esse paradoxo seria uma conexão entre todo o estranhamento (relação

externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo) e o sistema do dinheiro, vinculado a questão do salário, que deixa clara a separação de duas classes.

Considerando que um grupo de trabalhadores constitui-se como a classe social que possui basicamente sua capacidade de trabalho, o salário surge para o trabalhador como fonte de rendimento. Já para a burguesia, o salário do trabalhador é apenas mais um custo. Daqui decorre o antagonismo estrutural entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. Enquanto o proletário luta pelo aumento do seu vencimento salarial, o capitalista reproduz a sociedade existente, ou seja, luta pela redução dos salários de forma a encurtar a diferença entre o valor dos produtos finais do trabalho do operário e o conjunto dos salários a pagar. A partir da existência dessa dicotomia se estruturam as classes sociais.

A troca entre capital e trabalho assalariado é entendida pela economia clássica, como sendo uma troca de equivalentes, uma vez que a força de trabalho é paga pelo custo de sua reprodução. É esse custo que define o suposto valor da força de trabalho. Tanto o trabalhador quanto o capitalista são proprietários de mercadorias. O trabalhador da força de trabalho e o capitalista, dono dos meios de produção. Ambas as mercadorias fazem funcionar o sistema produtivo dentro da sociedade capitalista.

Além das relações apontadas acima, muitas outras relações, em uma sociedade capitalista, envolvem, direta ou indiretamente, um dos elementos centrais a essa sociedade, o capital. São essas relações que constroem e reconstroem cotidianamente a forma como o capital se apresenta e se sustenta perante as necessidades dessa sociedade, embutindo valores que legitimam os pressupostos do capital. É dentro de um quadro histórico de legitimação e reprodução da sociedade capitalista que a alienação do homem e da sociedade como um todo, se manifesta como uma condição característica desse sistema econômico.

## **2. Educação e trabalho na sociedade mercantilizada**

Considerando, os fundamentos de nossa análise, não se pode esquecer que os processos sociais e os processos educacionais mais abrangentes de reprodução da ordem do capital estão intimamente ligados. Não há como separar a batalha pedagógica da batalha política e social. Uma reformulação significativa da educação parece impossível sem a correspondente transformação do quadro econômico, político e social onde essa educação se estabelece. A sociedade capitalista organiza e reorganiza a educação segundo critérios de seus interesses enquanto situação econômica

e política dominante. Seus parâmetros de controle não permitem que a educação caminhe, verdadeiramente, para além das necessidades do capital.

Segundo Claudius Ceccon et al (2002), não há como ignorar que as instituições de ensino são “uma peça de uma engrenagem maior” (p. 80), pois são partes integrantes dessa sociedade, em que a regra de comportamento é definida com base na orientação de “cada um por si e salve-se quem puder” (p. 81). Ou seja, a educação é reprodutora da ideologia dominante, e dentro dos moldes de produção e reprodução da sociedade, a educação é fundamental para a reprodução da exercendo influência sobre os indivíduos, até a inserção e permanência no mercado de trabalho e por toda a vida do indivíduo. Esse indivíduo passa toda sua vida internalizando valores mercantis impostos pela sociedade capitalista:

Quer os indivíduos participem ou não – por mais ou menos tempo, mas sempre em um número de anos bastante limitado – das instituições formais de educação, eles devem ser introduzidos a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientadores dominantes da própria sociedade, adequando a sua posição na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas. [...] ao internalizar as onipresentes pressões externas, eles devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais a suas aspirações pessoais (MÉSZÁROS, 2005, p. 44, 45).

Não estamos, de maneira alguma, atribuindo à educação a responsabilidade por todos os problemas do mundo, até porque, apesar de as instituições formais de educação serem parte importante do sistema de internalização dos valores mercantis regidos pelo capital, ela é apenas uma parte desse grande sistema que é o sistema de produção capitalista. O indivíduo que faz parte desse enorme e complexo sistema está constantemente em contato com os mais diferentes tipos de instituição além da instituição escolar, como, por exemplo, as instituições religiosas, familiares, as de cunho cultural, dentre outras.

Ainda de acordo com a análise de Mézáros (2005), a educação não é a força ideologicamente primária que consolida todo o sistema capitalista, nem tampouco é capaz de, por si só, fornecer uma explicação sistematizada ou fornecer uma alternativa para a situação imposta pelo poder do capital. O que é discutido aqui, é que, além da reprodução, numa escala ampliada das atividades produtivas e dos valores mercantis, o sistema educacional da sociedade capitalista, também é responsável pela:

[...] produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção

reificadas sob o capitalismo não se perpetuam automaticamente. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares interiorizam as pressões externas: eles adotam as perspectivas gerais da sociedade da mercadoria como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É com isso que os indivíduos contribuem para manter uma concepção do mundo e para a manutenção de uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde àquela concepção de mundo (MÉSZÁROS, 2006, p. 263- 264).

Segundo Mézáros (2006), podem-se destacar na educação, duas funções principais na sociedade capitalista: a primeira que seria a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e a segunda que seria a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político, funções eminentemente de produção de conformidade, que acontecem ou na dinâmica e no movimento da própria sociedade, ou através de seus poderes institucionalizados e legalmente estabelecidos.

Com isso, esperar que a educação faça com que a sociedade mercantilizada que controla e organiza a própria educação, segundo seus pressupostos, rompa com a lógica individualista, lucrativa e competitivista do capital, é um equívoco no contexto da análise marxista, apresentada neste trabalho.

No entanto, dentro de uma perspectiva onde a educação formal possui funções fundamentais para a manutenção do sistema capitalista, ela não poderia - devido ao limite de anos que o indivíduo permanece dentro dessa instituição e aos processos de exclusão social, próprios das sociedades capitalistas, que não garantem a todos os indivíduos o direito à escola - tratar das exigências e controles do capital sem a participação de outras instituições. Nesse sentido, entendemos que o processo educativo, assim como suas instituições, bem como outras instituições que compõem a sociedade capitalista, está intimamente vinculado ao mundo do trabalho. A partir desses pontos de controle e manutenção do sistema, o domínio do capital acaba por assegurar que cada indivíduo adote, como sendo suas, as condições de reprodução, como interiorização de valores, funções e determinações.

Discutindo a relação educação e trabalho, Gaudêncio Frigotto (1999) entende que, na lógica do capital humano, é necessário agregar fator humano ao estoque de capital e ao estoque de trabalho como fator de produtividade de modo a atingir o crescimento econômico. Nesse sentido, o capital humano significa, portanto, ganho de eficiência e aumento de capacidade de produzir.

No entanto, Frigotto (1999), apesar de realizar a análise sobre o capital humano, o autor critica essa teoria, sugerindo seu caráter ideológico de classe, pois a negação das leis que regem a

estrutura social capitalista, busca no individualismo a afirmação de sua ideologia, não cabendo uma discussão sobre as classes sociais que configuram o sistema capitalista de produção. Ainda segundo o autor:

[...] o raciocínio da concepção do capital humano, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da renda individual, é que a educação, o treinamento são criadores de capacidade de trabalho. Um investimento marginal (pelo menos até certo nível) em educação ou treinamento permite uma produtividade marginal. Concebendo o salário ou a renda como preço do trabalho, o indivíduo, produzindo mais, conseqüentemente ganhará mais. A definição da renda, neste raciocínio, é uma decisão individual. Se passa fome, a decisão é dele (indivíduo); se fica rico, também.” (FRIGOTTO, 1999, p. 50).

Com base na análise de Frigotto (1999), sobre o capital humano, que tem por objetivo a busca da eficiência e da produtividade, chegamos ao entendimento de como é perversa a lógica do sistema capitalista, uma vez que se utiliza do discurso *você quer, você pode, você consegue*, para manter essa produtividade, sem se comprometer, ou comprometer suas exigências e consequências, faz com que o indivíduo assuma como suas, não só as aspirações, as metas do sistema econômico e seus sucessos individuais, mas também responsabiliza o indivíduo por seus fracassos no sistema social.

No que diz respeito à lógica capitalista, Mészáros (2004) entende que o capitalismo se apresenta como o sistema econômico mais desigual de toda a história, pois o autor afirma que o poder das instituições para sustentar a ideologia dominante, tem como objetivo controlar e manipular a ação, o pensamento, e o desejo dos indivíduos. Para Mészáros (2004), esse controle e manipulação são chamados de “manipulação institucionalizada” (p. 104).

Para que essa manipulação seja aceita é necessário um sistema ideológico que proclame e inculque nos indivíduos, cotidianamente, valores que traduzam a falsa ideia de que todos são iguais diante da lei, além de estabelecer valores que configuram e reconfiguram os vínculos entre educação e trabalho. Analisando os vínculos entre educação e trabalho que se estabelecem por toda a vida do indivíduo na sociedade capitalista, a educação acaba sendo mais uma mercadoria, em uma lógica em que *tudo se vende e tudo se compra*, e em uma prática em o que importa é funcionamento das instituições, promovendo assim, conseqüentemente, a mercantilização da educação e da vida como um todo.

Analisando, também, a questão da mercantilização Sílvia Claudio Souza (2005) afirma a orientação da sociedade capitalista no sentido da mercantilização da educação e dos indivíduos, onde através do discurso mercantil:

A compreensão que o indivíduo passa a ter da sociedade é filtrada por meio dos óculos da 'educação mercantil'. Essa compreensão impede que o indivíduo perceba a relação indivíduo-sociedade como uma relação política e econômica (SOUZA, 2005, p. 65).

Nessa ordem econômica, o indivíduo é tratado como uma mercadoria que possui os atributos e as possibilidades de quaisquer bens produzidos na sociedade. Souza (2005) sugere, ainda, que essas dinâmicas de mercantilização da vida, do indivíduo e de transmissão dos valores e padrões capitalistas afetam diretamente a educação. Nesse sentido, Milton Santos (2007) afirma que a ordem capitalista torna a prática educativa uma prática que ajuda a ampliar a desigualdade social, a preparar para o exercício de uma profissão, a educar para o consumo: “a educação feita mercadoria reproduz e amplia as desigualdades, sem extirpar as mazelas da ignorância. Educação apenas para a produção setorial, educação apenas profissional, educação apenas consumista, cria, afinal, gente deseducada para vida” (p. 154).

### **Considerações finais**

Após fazer alguns apontamentos em relação as categorias capital, trabalho e mercadoria, mesmo que de forma sucinta, tentamos trazer algumas relações entre educação e trabalho, pensando a questão de classe dentro do contexto de uma sociedade marcada pela mercantilização.

Por fim, pensamos que, assim como Mézáros (2005), nenhuma sociedade pode perdurar sem seu próprio sistema de educação, uma vez que as sociedades existem e desenvolvem-se por intermédio dos atos dos indivíduos que compõem as instituições que lhe dão corpo.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CECCON, Claudius et all. **A vida na escola e a escola da vida**. 36ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

- FORNES, Rogério. **A alienação do trabalho na Pós-modernidade**. Dissertação de mestrado defendida e aprovada em novembro de 2008, no Programa de Pós-Graduação em Serviços Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- HOBBSAWM, Erik. **A era do capital, 1848 - 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LUCKÁS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004 (A obra-prima de cada autor).
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1, volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. 5 ed. São Paulo: Abril Cultural (Coleção os Pensadores), vol. 12, 1991.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo. Boitempo, 2005
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora Edusp, 2007.
- SOUZA, Silvio. Claudio. **Educação: mercadoria ou projeto civilizatório?** Rio de Janeiro: Maanaim, 2005.